

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 163.169 - MG (2019/0003616-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**SUSCITANTE** : JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE UNAÍ - MG  
**SUSCITADO** : JUÍZO DE DIREITO DA 24ª VARA CÍVEL DE BRASÍLIA - DF  
**INTERES.** : ALEXANDRA ANTUNES  
**ADVOGADOS** : GUILMAR ALVES CAIXETA JÚNIOR - MG107627  
YURI RESENDE COSTA - MG122090  
GRACE RODRIGUES FARIA COSTA - MG122085  
**INTERES.** : MARCOS MISAO MATAYOSHI  
**INTERES.** : NOEMIA NAOMI MATAYOSHI  
**INTERES.** : IPE-OMNI INCORPORACAO E CONSTRUCAO LTDA  
**ADVOGADOS** : ANDREIA MORAES DE OLIVEIRA MOURÃO - DF011161  
LEONARDO BARRA GOMES - DF035355

**DECISÃO**

Cuida-se de conflito **negativo** de competência, com pedido de tutela antecipada, suscitado pelo d. JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE UNAÍ - MG em face do d. JUÍZO DE DIREITO DA 24ª VARA CÍVEL DE BRASÍLIA - DF.

O Conflito de competência foi estabelecido nos autos de "*Ação Declaratória de Negócio Jurídico e Registro Imobiliário, com Pedido Reipersecutório e de Partilha de Bens*" (na fl. 15), requerendo, ao final, "*seja declarada a copropriedade do imóvel pela Requerente, e a nulidade do negócio jurídico simulado mantido entre os Requeridos, inclusive dos registros imobiliários - R-7 das matrículas 86.277 e 86.278 - cancelando-os e determinando a partilha dos imóveis no percentual de 50% para a Requerente*" (grifou-se, na fl. 26).

A ação foi inicialmente proposta perante o d. Juízo brasiliense, Foro da situação dos imóveis, que, considerando-se tratar de sobrepartilha de bens, declinou de sua competência para o d. Juízo que promovera o divórcio do casal (nas fls. 463/464).

Remetidos os autos, o d. Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Unaí/MG, a quem o feito foi distribuído, declarou-se igualmente incompetente e suscitou o presente conflito negativo de competência, sob o fundamento de que o caso não se trata de "*sobrepartilha, até porque os bens imóveis em apreço estão registrados em nome de terceiro. Aliás, jamais estiveram em nome de qualquer um dos ex-cônjuges. Daí a razão pela qual se pleiteia a nulidade dos negócios jurídicos que culminaram na transferência*

*do bem da terceira requerida à segunda"* (nas fls. 471/472).

A Subprocuradoria-Geral da República não emitiu opinião, nos moldes dos arts. 178 e 951 do CPC.

É o relatório.

Passo a decidir.

São dois os pedidos feitos na ação que dá origem ao presente, o primeiro, pressuposto necessário do segundo, é o de nulidade de negócio jurídico, e dos respectivos registros imobiliários, feito com terceiro que sequer foi citado para a assinalada ação; o segundo pedido, que depende do sucesso do primeiro, é o de partilha dos assinalados bens.

Assim, é evidente que o autor promoveu indevida cumulação de pedidos de naturezas distintas e de competências também distintas.

O primeiro pedido, de nulidade de negócio jurídico e dos respectivos registros imobiliários é de competência absoluta do Juízo do Foro da situação da coisa, qual seja, o da 24ª Vara Cível de Brasília/DF (CPC, art. 47).

O segundo pedido, que depende do sucesso do primeiro, é o de partilha dos assinalados bens, competência do Foro de domicílio do ex casal, qual seja o da 1ª Vara Cível de Unaí/MG.

Logo, caberia ao Juízo brasileiro conhecer do pedido antecedente, decidindo-o nos limites da sua jurisdição, facultando ao autor o ajuizamento de nova ação, em face do ex cônjuge perante o Juízo mineiro.

Aplica-se à hipótese, com as adaptações pertinentes, o enunciado da Súmula nº 170 desta Corte, segundo o qual "*compete ao juízo onde primeiro for intentada a ação envolvendo acumulação de pedidos, trabalhista e estatutário, decidi-la nos limites da sua jurisdição, sem prejuízo de nova causa, com pedido remanescente, no juízo próprio*".

Ante o exposto, conheço do conflito para declarar a competência d. JUÍZO DE DIREITO DA 24ª VARA CÍVEL DE BRASILIA - DF.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator